

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A MASCULINIDADE RÉGIA NA *VITA SANCTI THEOTONII*

Jonathas Ribeiro dos Santos Campos de Oliveira
(PPGHC/UFRJ-PEM/UFRJ-UNESA)
jonathas_hist@yahoo.com.br

Introdução

Nossa proposta tem por objetivo identificar e refletir, em caráter inicial, acerca dos elementos constituintes de uma das noções de masculinidades presentes na *Vita Sancti Theotonii*¹ e associada à imagem de Afonso I de Portugal: a masculinidade régia. Escrita na segunda metade do século XII, por um integrante do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a narrativa hagiográfica se inscreve em um complexo contexto de tentativas de organização da Comunidade regrante, sendo a obra um dos desdobramentos das resoluções do Capítulo Geral organizado pela Canônica em 1162.

Entendendo a masculinidade como noções culturalmente estabelecidas, a partir da significação de elementos simbólicos disponíveis ao grupo, associados a dados sujeitos e com determinados fins² - conceito formulado a partir das contribuições de Michel Foucault (2013) e Joan W. Scott (1989) -, nosso objetivo visa, justamente, identificar e analisar os elementos simbólicos trabalhados pelo autor e associados à imagem afonsina, buscando compreender o ambiente de produção do discurso à luz das demandas contextuais da Canônica regrante.

Inicialmente, discutiremos, de forma breve, a complexidade que envolve a produção do texto hagiográfico, salientando a densidade dos interesses e discursos nele

¹ Segundo um estudo prévio já desenvolvido por nós, a obra apresenta pelo menos mais três noções de masculinidades em sua estrutura textual: a masculinidade relativa ao clero secular, presente na primeira parte da *Vita*; a masculinidade atinente ao clero regular, encontrada na segunda parte da produção (OLIVEIRA, 2017); e uma masculinidade leiga desviante que é contraposta aos valores desejados da masculinidade régia. As noções eclesiásticas foram associadas, pelo hagiógrafo, à imagem de D. Teotônio, primeiro Superior do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1132-1152/62) e figura homenageada, marcando momentos específicos de sua experiência terrena. O sentido impresso perspectiva a leitura de uma elevação de sua espiritualidade a partir da dignidade das etapas experimentadas na vida terrena.

² Partindo do pressuposto de que a construção de uma diferença binária em sexos seja necessária para a estruturação das masculinidades, elas podem ser associadas a qualquer um dos segmentos sexuais componentes do corpo social.

presentes, bem como nossa perspectiva metodológica. Em seguida, analisaremos a *Vita Sancti Theotonii*, buscando nela os elementos constituintes da masculinidade régia, sua relação com outros simbolismos na narrativa e o possível vínculo que estabelece com o contexto. Por fim, apresentaremos nossas considerações parciais sobre o estudo.

Um outro olhar sobre o texto hagiográfico

O texto hagiográfico,³ complexo nos seus mais diversos aspectos, embora tenha como uma de suas principais características o vínculo que estabelece com o sagrado, evidente pela natureza do conteúdo que em geral o integra (marcado por figuras excepcionais e suas relíquias, milagres, fenômenos sobrenaturais, etc.), não oblitera o universo de interesses que transcendem a exclusividade da relação com o divino. Em meio à densidade da narrativa, o olhar mais crítico é capaz de descortinar elementos literários que, escapando à especificidade da tipologia, revelam um conjunto entrecruzado de questões contextuais,⁴ pouco tangíveis quando o enfoque se estabelece unicamente sobre a superfície linguística do texto.

Nesse sentido, ao analisarmos a formação discursiva, o escrito se torna mais que opúsculo de exaltação; mais que instituição do sagrado no plano terreno ou vice-versa; ou restrita celebração do maravilhoso no “tempo”. É também espaço no qual se tornam manifestos litígios, tensões, disputas de poder, entre outros, que pouco ou nada se vinculam necessariamente aos objetos da fé.⁵

É, justamente, sob este entendimento que consideramos a estruturação da masculinidade régia no discurso presente na *Vita Sancti Theotonii*. No jogo de interesses que envolvia o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, local de produção da narrativa, e a autoridade régia de Afonso I de Portugal na metade do século XII.

³ O termo hagiografia, de origem grega (*hagios* = santo, *graphía* = escrita), designa, desde o século XVII, tanto as pesquisas críticas voltadas aos aspectos relativos aos cultos aos santos - isto é, ocupa um fim mais acadêmico -, quanto os textos em específico, o corpus literário. Fazendo foco sobre a última das designações, em meio à vasta literatura eclesiástica, compreende esse conjunto de obras hagiográficas: as vidas, tratados de milagres, relatos de transladações, viagens espirituais, martirologios, etc. (SILVA, 2008, p.7; PHILIPPART, 1998, p.11).

⁴ Sob a luz da semiologia, Paul Fouracre destaca que o criticismo literário permite revelar mais elementos do contexto de produção das narrativas, o que não ficaria evidente por meio do passado hipotético viabilizado pelos “historian reconstructs”, obtidos a partir de fragmentos extraídos de uma série de textos. O autor considera que seja possível perceber um sistema semiológico que permita compreender questões relacionadas ao escritor e ao público alvo (FOURACRE, 1990, p.5).

⁵ A “fé” aqui é pensada a partir do vínculo que estabelece com o plano religioso e seus desdobramentos.

Afastando o *topos* literário como um ato de escrita desinteressado, que em um primeiro olhar pode caracterizar a noção elaborada na *Vita*, mergulhamos na análise que nos permite apreender,⁶ em algum nível, e compreender o que está para além da tópica em si. Almejamos acessar o *sub-text* (FOURACRE, 1998).

A *Vita Sancti Theotonii* e a construção da masculinidade régia

Escrita em latim por um cômego⁷ do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, entre os anos de 1162 e 1163 (NASCIMENTO, 1998; OLIVEIRA, 2017), a *Vita Sancti Theotonii*⁸ tem por principal figura homenageada aquele que fora o primeiro Prior-mor da Canônica agostiniana, D. Teotônio, cujo priorado fora exercido oficialmente entre 1132 e 1162.⁹

Dividida em duas partes, a narrativa traz em cada uma delas períodos distintos que, na ótica do autor, marcariam o transcurso terreno do falecido prior. Na primeira seção, o hagiógrafo enfoca o que considera ser o período de vida secular¹⁰ de Teotônio, trazendo informações que vão desde o nascimento do cômego até o momento em que ele retorna de sua segunda viagem à cidade de Jerusalém. Já na segunda parte, a

⁶ “Aprender” aqui tem menos o sentido de acessar efetivamente eventos pretéritos do que percepções marcadas puramente pela plausibilidade; como construção própria daquele que analisa.

⁷ A identidade do autor ainda é incerta, não aparecendo em nenhuma parte do texto em análise e nem em documentações do mesmo período. No entanto, em virtude dos elementos utilizados para a composição da estrutura literária percebe-se ser figura versada na letra, com conhecimento de textos bíblicos, exegéticos, hagiográficos e obras clássicas romanas. Percebe-se também que fora discípulo do próprio D. Teotônio, tendo presenciado parte do conteúdo narrado, e escrevera pouco tempo depois de sua morte, haja vista ter colhido informações daqueles que vivenciaram parte do conteúdo que relata.

⁸ Embora as versões e edições da obra as quais hoje dispomos sejam marcadas por uma série de possíveis interpolações, algumas identificadas já por Aires A. do Nascimento (1998), grande parte do conteúdo que as integram ainda se apresentam como um grande manancial de análise aos pesquisadores. Propiciam boas reflexões e uma plausível compreensão de questões contextuais.

⁹ De acordo com a *Vita Sancti Theotonii*, Teotônio teria exercido efetivamente as atividades no Mosteiro por vinte e um anos (de 1131 à 1152), quando então o superior teria sido acometido por uma doença (“*longam corporis cepit contrahere ualitudinem*”), deixando em seu lugar, por escolha própria (“*uoluntatem nobis priorem elegit*”), seu sobrinho D. João Teotônio. O autor destaca, ainda, que, dispensado das atividades pastorais e outras preocupações, Teotônio teria entregado sua alma à contemplação (“*soli deinceps contemplacioni animum dedit*”). Todavia, percebe-se, por documentação, a participação indireta de Teotônio em questões relacionadas ao Mosteiro, inclusive assinando parte delas entre 1152-62, dando indício de sua atividade no cotidiano da Comunidade. Somente a partir da realização do capítulo geral de 1162, com a morte de Teotônio, que seu sobrinho, D. João Teotônio, teria assumido oficialmente o priorado da Canônica agostiniana (MARTINS, 2003).

¹⁰ Escrita na versão latina: “*In superiore parte huius operis de predicti uenerabilis uiri exortu et processu, qualiter in seculo conuersatus fuerit, sumatim perstrinxi.*” (THEOTONII, 1998, p.162) (Grifo nosso)

preocupação se dá em tratar sobre o ingresso e exercício do priorado de Teotônio na Canônica crúzia.¹¹

O texto, constituído por um discurso sustentado no panegírico, tem sua estrutura orientada, entre outros, no sentido de demarcar a separação entre o plano temporal e o espiritual, sendo Teotônio, pelas escolhas feitas,¹² e conforme encaminha o próprio *topos* hagiográfico, expoente máximo da desejosa distinção. A segmentação encontra espaço na relação que o autor estabelece entre figuras laicas e o Religioso, delimitando a órbita de ação de cada uma das instâncias no exercício de poder.

Tal tratamento do texto antecede e alicerça as bases sobre as quais o autor estrutura, posteriormente, sua noção de masculinidade régia, sendo para nós parte importante e gênese da separação na obra entre as potestades.

O reconhecimento e celebração à santidade de Teotônio pelas autoridades leigas, conferindo-lhe deferência e preponderância face os poderes locais, instaura na narrativa parte substancial dos argumentos utilizados pelo autor para alicerçar a hierarquização entre leigos e eclesiásticos. Não é, conforme o discurso, uma distinção social construída puramente por quem homenageia; por um discípulo que, sob influência da consideração que nutria para com o superior, imprime nas palavras os efeitos da paixão pessoal, mas um fenômeno transcendente, definido a partir da identificação de todos aqueles que o cercaram quando em vida.

Tão manifesta era, na realidade, a sua santidade e tão celebrada era que não só pessoas de condição inferior, mas também o rei, os príncipes e os poderosos que conseguiam ir vê-lo, se lançavam a seus joelhos para lhe beijarem a mão suplicantes e lhe pediam com todas as veras que os abençoasse. (NASCIMENTO, 1998, p.185).¹³

¹¹ Escrita na versão latina: “*Nunc deinceps, quomodo ad habitum Christi uenerit, et in congregatione uixerit, ut dominus donauerit ordine contingere libet.*” (THEOTONII, 1998, p.162) (Grifo nosso)

¹² Segundo o autor: “*Nam cum iam ad plenum transacto tempore surgentis infancie ‘ad biuium pictagorice littere peruenisset,’ incunctanter **sinistrum ramum cum seculi uoluptate dereliquit, et ad dextrum cepit ‘cum celesti desiderio totis uiribus anhelare’** [...]” (THEOTONII, 1998, p.142) (Grifo nosso)*

¹³ Escrita na versão latina: “*Tam manifesta quippe sanctitas eius et tam celebris erat, ut non solum inferioris ordinis, uerum etiam rex, principes et potentes, qui eum lidere merebantur, ad eius genua prouuoluebantur, et eius manum suppliciter osculantes, ab eo benedici subnixius exoptabant.*” (THEOTONII, 1998, p.184)

Delineado pelo hagiógrafo como requisitado medianeiro entre o plano terreno e o divino, sendo, nos cargos eclesiais, expoente de maior dignidade, Teotônio cumpre na terra a providência celeste. Dissemina no *tempo*, pelo exemplo, a conduta esperada do clero, secular ou regular, advertindo os desviantes sobre seus comportamentos.

Se por um lado, a legitimação da superioridade do Cônego se coloca, de forma geral, a partir da admoestação às autoridades, obtendo delas a devida anuência, por outro lado, é à casa real que o hagiógrafo dirige parte substancial das advertências, orientando, por meio do discurso literário, o que considera ser a justa relação entre o poder temporal e o espiritual. Coloca o primeiro em posição de subordinação ao segundo, delimitando os limites das relações entre ambos.

É o caso, por exemplo, quando menciona o pedido da rainha Teresa a Teotônio de fazer com brevidade a celebração da missa em homenagem à Mãe de Deus na igreja de Viseu, tendo ela obtido como resposta que:

[...] havia no céu uma rainha bem melhor e bem mais nobre a quem ele [Teotônio] tinha decidido celebrar a missa solene com a melhor veneração, sem pressa e sem tempo; estava, por outra parte, nas mãos dela [Teresa] ou ouvir a missa ou ir-se embora sem mais (NASCIMENTO, 1998, p.149).¹⁴

Reconhecendo de imediato o erro no qual havia incorrido, e em reconhecimento à superioridade da sacra autoridade, o autor destaca que a rainha identificou-se como miserável e pecadora.¹⁵ Em continuidade, salienta que, após a missa, em posição de humildade, a rainha abraçou os joelhos do sacerdote, implorando-lhe penitência e oração.¹⁶

Evidente fica no fragmento a hierarquia que o hagiógrafo intenta imprimir na relação entre os poderes, colocando em situação de sujeição à autoridade celestial a real.

¹⁴ Grifo nosso. Escrita na versão latina: “[...] *Aliam in celo reginam esse longe meliorem, longeque nobiliorem, cui ille cum summa ueneratione tractim et spaciose sollempnia misse peragere disposuisset; in potestate uero eius esse uel missam audire, uel penitus discedere.*” (THEOTONII, 1998,p.148).

¹⁵ Escrita na versão latina: “*Quod cum regina relatum fuisset, illa statim reatus sui culpam cognoscens, se miseram, se peccatricem [...].*” (THEOTONII, 1998, p.148).

¹⁶ Escrita na versão latina: “*Quo ad se post missam uocato, ‘humiliato mox spiritu, ad eius genua prouoluitur, et ad exortacionem sacerdotis erecta penitentiam lacrimabiliter poposcit, orationem pro se ab eo fieri humiliter peciit.*” (THEOTONII, 1998, p.148;150).

Em outro momento da narrativa, em claro confronto à vontade régia, o autor menciona que Teotônio havia restringido a entrada da rainha Mafalda ao claustro do Mosteiro crúzio, salvo morta, sob alegação de que lá havia uma outra rainha, não sendo tal visita hábito e atribuições dela, uma vez que lá habitavam os que haviam fugido do mundo (NASCIMENTO, 1998, p.179).¹⁷

São tais trechos exemplos, dentre outros, das dimensões que compõem o interesse autoral em delimitar o universo de ações e obrigações atribuídas ao poder temporal e ao espiritual, antecedendo e pavimentando o espaço necessário à construção literária da masculinidade régia. Os simbolismos constituintes de tais noções partem, justamente, da distinção dos poderes previamente trabalhada, inaugurando uma série de valores desejados da monarquia.

Em uma análise mais detida dos elementos que integram o subtexto, sem excluir outras possibilidades, dois parecem ser os principais caminhos utilizados pelo autor para estruturar seu ideal de masculinidade régia na narrativa: trabalhar, por um lado, as características militares afonsinas e, por outro, os aspectos administrativos do Infante no reino. O primeiro, como características percebidas, identificadas, as quais ele já possuía; o segundo, sobre o qual se fundamenta o enfoque do autor, como atributos desejados, ausentes dentre suas qualidades.

No que diz respeito aos aspectos militares, ao narrar as ações afonsinas contra seus inimigos, virtudes como: a **força combativa**, capacidade de enfrentar outros exércitos, independente do número de soldados, e sair vitorioso (Ourique);¹⁸ **iniciativa**, as lutas não se davam por motivo de defesa, mas por avanço que empreendia (Ourique, Santarém, Lisboa e Alcácer) ;¹⁹ e a **capacidade de submeter outros grupos** (inimigos

¹⁷ Escrita na versão latina: “*Nam cum die quadam ad eum uidentum regina uenisset, et modis omnibus claustrum interius uidere uoluisset, prior blande tamen restitit, dicens aliam intus esse reginam. Nec esse ordinis, nec approbate consuetudinis, feminam habitaculum mundum fugientium ingredi, nisi forte defunctam.*” (THEOTONII, 1998, p.178).

¹⁸ Escrita na versão latina: “[...] *quando in campo Haulich V. reges paganorum cum innumera eorum barbara multitudine de ultra citraque mare ut eum omnino perderent coadunata deuicit* [...]”. (THEOTONII, 1998, p.188).

¹⁹ Os ataques mencionados na obra, à Ourique, Santarém, Lisboa e Alcácer, se fizeram, segundo o hagiógrafo, a partir da conduta ativa do Infante. No que diz respeito à combatividade, em momento algum Afonso I de Portugal aparece em situação de passividade, de defesa face o avanço de outros exércitos, mas sempre a tomar a iniciativa.

e moçárabes de Lisboa).²⁰ Tais elementos aparecem como predicados constituintes da imagem do Infante enquanto *milites* na narrativa. São valores que, na estrutura literária, marcam o referencial de parcela dos ideais esperados da masculinidade régia; do cavaleiro por excelência.

Outrossim, a **diligência**, ainda entre as características militares, se apresenta como mais um dos traços que definem a idealização sobre a figura régia. Ela é percebida na obra sobre o alicerce do respeito e obediência do rei para com o prior crúzio, ao obter deste, sempre que próximo aos conflitos, a devida anuência.

Sempre que o rei se propunha fazer alguma coisa de maior vulto [campanhas militares], vinha sempre ter com aquele homem de Deus [Teotônio] e recomendava-se às orações dele, a si e à sua alma, com maior empenho [...]. (TEOTÓNIO, 1998, p.191).²¹

É perceptível, como faz notar o fragmento, o interesse autoral em aproximar as instâncias de poder,²² mas com a devida separação, ou seja, sem obliterar os universos nos quais ambos exerciam autoridade. Ao eclesiástico a oração e mediação, ao leigo a devoção e a espada.

Contudo, embora tal aspecto se apresente como uma constante na linha discursiva do hagiógrafo, há momentos em que também as demonstrações de interpolação entre os poderes ficam evidentes. É o caso, por exemplo, em relação às ações militares de Afonso I, as quais recebem orientações prévias por parte de Teotônio. É o que acontece quando o escritor narra os eventos que antecederam o avanço do exército afonsino sobre Santarém. Segundo consta,

Querendo o rei [...] atacar essa cidade (Santarém) com um tipo de combate não costumado, a saber, furtivamente e como que se fosse em assalto, [...] veio ele ter com aquele homem de Deus e manifestou-lhe só a ele o seu plano [...]; indicou-lhe

²⁰ Ainda que sob oração de Teotônio, que na estrutura do texto evidencia a dignidade do homenageado mas não ofusca a capacidade militar do Infante, o autor destaca que, ao investir sobre Santarém, o rei teria conseguido, no dia seguinte (“*Nocte enim sequente prenotati diei*”), tomar e submeter ao seu domínio a cidade.

²¹ Grifo nosso. Escrita na versão latina: “*Quociens aliquid rex magnanimiter factururus erat, ad uirum dei semper ueniebat, et eius orationibus se et suam animam, ut dictum est, attentius commendabat.*” (THEOTONII, 1998, p.190).

²² “*Quanta sollicitude aquele homem de Deus tinha pelo rei ou quanto o rei nele sempre confiava [...].*” (TEOTÓNIO, 1998, p.189). Escrita na versão latina: “*Quantam sollicitudinem uir dei pro rege habebat uel quantum rex in eo semper confidebat [...].*” (THEOTONII, 1998, p.188)

bem assim, sob sigilo, o dia em que pensava actuar [...]. (TEOTÓNIO, 1998, p.189).²³

Em respeito à linha estrutural do texto, a subversão dos papéis, ao mesmo tempo em que marca, em extensão, a magnitude dos atributos de Teotônio, também demonstra as limitações militares do Infante, colocando-o sob tutela do religioso. Nesse sentido, vincula o sucesso das ações à participação deste, figura imprescindível aos planos reais para o Condado Portucalense.

Fica patente que, embora as qualidades marciais de Afonso I, enunciadas no correr do texto, projetem sobre sua imagem uma perspectiva idealizada; o que se espera do rei, a orientação autoral não parece ser a de tornar o Infante um herói. Percebe-se a construção da noção de uma figura errante, incompleta, necessitada de um orientador, função esta ocupada pelo prior.²⁴

No que tange aos aspectos administrativos do rei, o hagiógrafo busca chamar a atenção, entre outros, a possíveis intervenções laicas em questões eclesiásticas. Dos elementos que integram a masculinidade régia, o interesse passa a ser o de definir o papel e limites de ação do poder temporal no plano terreno, fundamentalmente no que tange sua relação com o sagrado. Segundo o autor, seria desejado do rei:

[...] que administrasse o reino que lhe fora dado segundo a equidade, que mantivesse inviolada a justiça, que um seu juiz temporal não lançasse mão de uma pessoa eclesiástica ou submetesse a exame os negócios eclesiásticos [...]. (TEOTÓNIO, 1998, p.187).²⁵

Se antes as noções se definem pelos valores que Afonso I já possui como características (força combativa, iniciativa, capacidade de submeter e a diligência),

²³ Escrita na versão latina: “*Cum enim rex ciuitatem ipsam [Santarém] nouo genere pugnandi agredi uoluisset, furtim uidelicet et quase per latrocinium [...], ad uirum dei ueniens consilium illi soli detexit [...] diem etiam quo hec facturus cogitabat, sub silencio indicauit [...].*” (THEOTONII, 1998, p.188).

²⁴ A intervenção teotoniana em ações afonsinas aparece em vários trechos da *Vita*, alguns deles buscando corrigir o que considera como erros. É o caso, por exemplo, quando narra o avanço que o Infante faz sobre terras da “Hispania”. Após vencer combates contra “sarracenos” e fazer prisioneiro vários grupos de homens nestas regiões, dentre eles moçárabes, é advertido por Teotônio a soltá-los, pois se tratavam de cristãos. Temendo os efeitos de tal advertência, os referidos prisioneiros teriam sido libertados pelo rei e seus barões. Escrita na versão latina: “*Cumque, prout debuit, compendiose tamen, eos allocutus fuisset, et quod, nisi eos liberos dimisissent, magnus eis furor domini immineret, rex et cuncti bellatores totum illud genus hominum dimiserunt, et coram eo liberum abire permiserunt.*” (THEOTONII, 1998, p.176).

²⁵ Escrita na versão latina: “[...] *regnum sibi comissum secundum equitatem dispensaret, iustitiam inuiolatam comseruaret, ne iudex eius secularis in ecclesiasticam personam manum mitteret, aut ecclesiastica negocia examinanda susciperet [...].*”(THEOTONII, 1998, p.186).

agora, pelo o que o autor sinaliza como falta ou necessidade de manutenção, se evidencia os desvios da autoridade real face suas obrigações.

Longe de postular demandas desinteressadas, ou de reproduzir simples lógicas tipológicas ou marcações na estrutura literária, os elementos iluminados, em meio a outros, dialogam intimamente com questões contextuais. A igualdade na administração do reino, a inviolabilidade da justiça, a não intervenção em questões eclesíásticas ou o uso dos integrantes da *ecclesia*, tal como aparecem, nos dão indícios de alguns dos problemas possivelmente vigentes e sobre os quais o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra buscava resolução na segunda metade do século XII.

Tal interpretação encontra fundamento se considerado, em um primeiro momento, o papel ocupado pela Comunidade nas diretrizes políticas afonsinas para a região centro-sul do Ocidente ibérico e, posteriormente, os efeitos provenientes do processo de desenvolvimento do próprio Mosteiro durante o primeiro priorado (1132-1162).

Nesse ínterim, dois interesses afonsinos devem ser considerados: o que diz respeito às questões que envolviam o reconhecimento da primazia do Infante frente a outros poderes, fundamentalmente pela Santa Sé;²⁶ e o objetivo em manter sobre o Mondego, região centro-sul peninsular, *limis* fluido do Condado, algum tipo de controle. Para ambos, a fundação do Mosteiro de Santa Cruz tinha papel singular.²⁷

²⁶ A necessidade de se desvincular da aristocracia senhorial nortenha, entre a qual o Infante não seria mais do que um *primus inter pares* (MATTOSO, p.77), o teria levado a buscar novas alianças. Nesse sentido, Afonso I teria encontrado na cidade de Coimbra o ambiente favorável para poder exercer suas ações com mais liberdade face à condição sob a qual se encontrava em Guimarães. A possibilidade de desempenhar maior capacidade de decisão política, entre outros, surgia como atrativo, frente ao que, sob as limitações da própria lógica de organização local, encontrara no entre Minho e Douro (MARTINS, 2003, p.115). A proximidade entre Afonso Henriques e o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, representado na figura de seu superior, D. Teotônio, teria sido imprescindível aos interesses do Infante para o Ocidente peninsular, fundamentalmente se nutria o interesse de se aproximar da Igreja romana e ver reconhecido seu título régio. A situação de soberania da Sé romana, como demonstra, por exemplo, a hipótese de Erdmann, “[...] era por isso considerada como vantajosa por todos os príncipes que procuravam desta forma legitimar a sua posição e os queriam libertar doutra soberania, sujeitando-se [sic] à dependência feudal da Santa Sé.” (ERDMANN, 1996, p.45)

²⁷ A transferência feita em 1131 da sede administrativa da cidade de Guimarães para Coimbra, efetuada no mesmo ano de fundação do Mosteiro de Santa Cruz, dá indícios de uma iniciativa não desinteressada. Ambos os acontecimentos, em nossa opinião, não estariam dissociados, mas interconectados. A doação da região conhecida como “Banhos Régios” seria já um indicativo do alinhamento de interesses entre as pretensões do corpo fundacional na cidade, e as vontades que no momento definiam as ações de Afonso I. No Mondego, também, se colocaria em posição geográfica mais estratégica para melhor empreender seus

Fundado em 1131,²⁸ mas tendo o início de suas atividades em 1132, a Comunidade crúzia de Santo Agostinho tivera papel significativo tanto no processo de expansão territorial do Condado Portucalense, quanto no de consolidação da autoridade régia de Afonso I de Portugal, além da aproximação do mesmo à Santa Sé. Em linhas gerais, a Casa agostiniana viria em auxílio, como agente legitimador, através do discurso cristão, às investidas militares do monarca contra os “inimigos” da Sé Apostólica. Assim, ao passo que o exército afonsino avançava sobre seus “oponentes”, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra garantia - discursivamente - o apoio divino nas batalhas e o alinhamento de interesses com o bispo de Roma.

A intimidade entre a Canônica e a monarquia progressivamente ficaria mais intensa, potencializando as mutualidades na relação. Todavia, esse panorama não se fundamentava na lógica da equidade, ocupando a primazia, com poder de decisão, a figura régia. Se, por um lado, durante o primeiro priorado, os privilégios concedidos aos Regrantes²⁹ - com a anuência do arcebispo de Braga, D. João Peculiar, e reconhecimento do Papado -, garantiam o privilégio da Canônica no exercício local de poder, fundamentalmente no entorno do Mondego, por outro, tais ações não se fariam sem que para isso o próprio Infante tivesse participação direta nas escolhas.

avanços militares e garantir a defesa dos territórios conquistados. Paralelamente, as tensões que, posteriormente, viriam a definir as relações entre o arcebispo de Braga e o bispo de Coimbra (COSTA, p.70), sendo Afonso mais próximo do primeiro, o teria levando, antes, segundo acreditamos, a procurar uma alternativa de apoio eclesiástico às suas ações, que não o episcopado coimbrão. Por isso o pendor por parte dele à canônica crúzia, tendo nela, após a fundação, estabelecido sua chancelaria e confiado o tesouro régio.

²⁸ A Comunidade agostiniana foi estabelecida extramuros da cidade de Coimbra, no lugar conhecido como “Banhos Régios”, próxima ao que fora a judiaria. Conforme a *Vita Tellonis*, de Pedro Alfardo, D. Telo, precursor no empreendimento, após alguma procura, teria conseguido o local de fundação a partir da troca de uma cela feita com Afonso I de Portugal (TELLONIS, 1998, p.60). Em 28 de junho de 1131, após ter conquistado um espaço propício e ter reunido determinado número de adeptos à proposta, nos arredores da cidade de Coimbra, teria sido fundado o Mosteiro de Santa Cruz. A arquitetura, baseada nos moldes românicos, teria ficado a cargo de mestre Roberto, um franco de Auvergne, que trouxe inovações estruturais, inaugurando aquilo que os historiadores chamam de “segundo período do românico coimbrão do século XII” (MARTINS, 2003, p.45).

²⁹ Dentre as concessões feitas por Afonso I de Portugal ao Mosteiro, destacamos os coutos que, nos primeiros anos da canônica, teriam composto um conjunto patrimonial significativo. Nesse sentido, tornamos evidente, por exemplo, o couto de São Romão de Seia, de dezembro de 1138; o couto feito a um barco de pesca, de março de 1139; o couto da vila de Gouveia, de novembro de 1140; o couto de parte das vilas de Quiaios e Emide, além de toda a de Lavos, de junho de 1143; o couto de todos os homens e herdades de Santa Cruz, de julho de 1146 (MARTINS, 2003, p.849/ nota 398).

Este aspecto é verificado, por exemplo, na seleção dos bispos de Viseu, Lamego, Lisboa, Coimbra e Porto, sobre a qual o Infante teria atuado de forma decisiva. Assim sendo, as intervenções afonsinas ou de seu círculo mais próximo, articuladas a uma série de interesses, se apresentaria como uma constante durante o reinado, se convertendo em mecanismo de organização local e manutenção das diretrizes políticas vigentes.

Neste particular, o Mosteiro teria participação imprescindível, pois viriam dele as figuras a ocupar os principais cargos eclesiásticos nas competências locais. São os efeitos úteis da proximidade entre a Casa real e a Canônica ganhando contornos mais definidos. Os Crúzios seriam instrumentalizados, na medida em que exercessem o sacerdócio e/ou a atividade pastoral, como ferramenta de controle e administração do poder régio, respeitando os objetivos regionais nutridos pela monarquia.

Na medida em que desvios de qualquer natureza por parte dos regrantes fossem identificados, sobretudo face às orientações régias, é verossímil trabalhar com a hipótese de intervenção do próprio Infante ou de seus delegados. Assim sendo, submetia-se a autoridade espiritual ao julgo real, crítica presente no discurso hagiográfico.

No entanto, a maturidade progressiva adquirida por Santa Cruz de Coimbra durante o priorado de Teotônio, seja em virtude da mesma atividade pastoral, seja nas demais funções ocupadas no exercício local de poder ou o prestígio social adquirido, teria feito da Comunidade regrante um corpo institucional de influência considerável no Condado e desejoso de uma autonomia cada vez maior sobre suas demandas.

É tomando por base tais interesses que acreditamos que o hagiógrafo, orientado pelas preocupações institucionais do Mosteiro na primeira metade do século XII, estabelece, por um lado, uma hierarquia clara entre o poder temporal e o espiritual e, por outro, uma masculinidade régia tutelada, necessitada de uma assistência que transcendesse os limites do plano terreno.

Também àquele varão santíssimo [Afonso I] Dom Teotónio o estimava acima de todos os que havia no reino e por isso frequentemente o corrigia³⁰ e admoestava com paternal afecto de forma a que tivesse temor daquele por quem os reis têm o governo e em cujo poder estão todos os direitos dos reinos ou dos restantes poderios e observasse os seus mandamentos, pois para isso existe o homem [...]. (TEOTÓNIO, 1998, p.187).³¹

Assim, se utilizando de um tipo literário marcadamente voltado à exaltação do sagrado, o autor hierarquiza as relações de poder, estabelecendo seu sentido de atuação e raiz de legitimidade.

Descrevendo uma figura errante na imagem afonsina, o hagiógrafo estrutura uma masculinidade régia que, por fundamento, deve se submeter a uma outra masculinidade, a clerical, e que, em respeito às atribuições recebidas, deve se opor ao que o autor denomina como *latronum regem*.³² Esta, na narrativa, é apresentada como uma espécie de masculinidade desviante, a qual não serviria de referencial àquele que buscasse se orientar conforme os desígnios divinos.

Considerações parciais

Partindo do pressuposto de que sobre a guerra se fundamenta um dos principais meios de ostentação da masculinidade real nas narrativas do século XII, os atributos militares que integram a *Vita Sancti Theotonii*, configuram uma dupla face que só se vê plenamente contemplada quando os aspectos administrativos se fazem presentes. Nesse sentido, para além da força combativa, iniciativa, capacidade de submeter e a diligência, que compõem as qualidades projetadas em Afonso I e, institucionalmente, desejadas da figura régia, também são destacados a igualdade para com todos na administração do reino, a inviolabilidade da justiça, a não intervenção em questões eclesiásticas ou lançar mão de eclesiásticos, entre outros.

³⁰ O termo “*castigabat*”, utilizado pelo autor no texto, pode ser traduzido de diversas formas, como: corrigia, tal como aparece; castigava; punia, entre outros, mudando o sentido e, mesmo, dando novos contornos para a relação entre o religioso e a autoridade real.

³¹ Grifo nosso. Escrita na versão latina: “*Vir quoque beatissimus domnus Theothonius eum diligebat pre cunctis hominibus qui in eius regno erant, et ideo paterno affectu frequenter castigabat et amonebat ut eum per quem reges regnant, et in cuius potestate sunt omnia iura regnorum ceterarumue potestatum, timeret et mandata eius obseruaret, quia propter hoc est omnis homo [...]*” (THEOTONII, 1998, p.186).

³² Escrita na versão latina: “*Alioquin nichil differe a principe latronum regem dicebat.*” (THEOTONII, 1998, p.188). Grifo nosso.

Nosso enfoque sobre tais aspectos, colocando de lado outros, encontra respaldo no paralelo que é possível de estabelecer, tal como foi apresentado, com questões contextuais do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Assim sendo, considerando o caráter ainda provisório e instável da análise aqui desenvolvida, ressaltamos que a masculinidade régia construída na *Vita Sancti Theotonii*, ao estabelecer uma hierarquia entre o poder temporal e o espiritual, tal como aparece na obra, tem por objetivo conter possíveis intervenções afonsinas no cotidiano da Comunidade agostiniana, assim como diferenças de tratamento entre leigos e eclesiásticos, tendo ele privilegiado os primeiros. Embora não desejasse se desvincular por completo da autoridade real, principal base do prestígio social do Mosteiro, em um momento em que se institucionalizava, a Canônica buscava garantir uma maior autonomia sobre as áreas de sua influência no Condado Portucalense, fazendo estabelecer uma hierarquia entre as instâncias de poder.

Com isso, ao delinear os papéis sociais entre autoridades leigas e eclesiásticas na narrativa, além de postular o sentido de exercício de poder no plano terreno, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra buscava garantindo seu privilégio e preponderância face às demais autoridades.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

COSTA, Avelino de Jesus da. D. João Peculiar co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga. In: *SANTA Cruz de Coimbra: do século XI ao século XX (estudos)*. Coimbra: [s.n.],1984. p.59-83.

ERDMANN, Carl. *O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*. Braga: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1996.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2013.

FOURACRE, Paul. Merovingian History and Merovingian hagiography. *Past & Present*. Oxford, n. 127, p. 3-38, 1990.

MARQUES, José. A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio. *Revista da Faculdade de Letras*. História. Porto, Vol. VII, 1990.

_____. A influência das Bulas Papais na documentação medieval portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras*. História. Porto, 2ª série, v. XIII, 1996.

_____. Caminhos da escrita no Noroeste de Portugal, na Idade Média. Alguns aspectos. *Ciências e técnicas do Património*. Porto, V-VI, 2007.p.291-322.

MARTINS, Armando Alberto. *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da universidade de Lisboa, 2003.

_____. *A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um exemplo de oscilação entre a fuga e a atracção pela Europa*. Disponível em:<
<http://bibliotecas.cmporto.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1439595FND273.1158200&profile=bmp&uri=link=3>

100018~!20559~!3100024~!3100022&aspect=subtab13&menu=search&ri=1&source=~!horizon&term=Martins%2C+Armando+Alberto%2C+1946-&index=AUTHOR>.

Acesso em: 21 Ago. 2015.

MATTOSO, José (et al). *História de Portugal: antes de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1992.

_____. A formação da nacionalidade. In: Tengarrinha, José (et al). *História de Portugal*. Bauru, SP: Ed. UNESP, 2000. p.7-17.

_____. A primeira tarde portuguesa. In: _____. *Portugal Medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.p.11-35.

_____. As três Faces de Afonso Henriques. *Penélope – Fazer e Desfazer a História*. Lisboa, n.8, p.25-42, 1992.

_____. *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. The Coimbra See and its Chancery in Medieval times. *E-journal of Portuguese history*. Porto, v.4, n. 2, p.1-12, 2006

OLIVEIRA, Jonathas Ribeiro dos Santos Campos de. *A construção da masculinidade no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no século XII: um Estudo Comparado entre as Disposições Capitulares de 1162 e a Vita Sancti Theotonii*. 2017. 185p. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2015.

_____. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. *Estudos da Lingua(gem)*. Vitória da Conquista, n.1, p.9-13, 2015.

PEDRO ALFARDE. Vida de D. Telo. In: NASCIMENTO, Aires A. do (ed.). *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Lisboa: Edições Colibri, 1998. p.54-137.

PEREIRA, Armando de Sousa. Motivos Bíblicos na Historiografia de Santa Cruz de Coimbra dos finais do século XII. Lisboa: *Lusitana Sacra*, Lisboa, 2ª série, p. 315-336, 2002.

PHILIPPART, Guy. L'hagiographie comme littérature: concept récent et nouveaux programmes?. *Revue des Sciences Humaines*. n.251, p.11-39, 1998.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

SANTA Cruz de Coimbra: *A Cultura Portuguesa aberta à Europa na Idade Média*.
Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2001.

VIDA do beatíssimo D. Teotónio, primeiro prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. In: NASCIMENTO, Aires A. do (ed.). *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure. Lisboa: Edições Colibri, 1998. p.138-222.